

RECURSO ESPECIAL Nº 1.426.405 - ES (2013/0326029-7)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA
RECORRENTE : CONSTRUTORA SÁ CAVALCANTE LTDA
ADVOGADO : IGOR SILVA SANTOS E OUTRO(S) - ES017859
RECORRIDO : WITZEL COMERCIAL LTDA - MICROEMPRESA E OUTROS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, assim ementado (e-STJ, fl. 96):

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. 1) PRESCRIÇÃO DE ALUGUEIS E NOTAS PROMISSÓRIAS. 2) INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO. NECESSIDADE DE CITAÇÃO VÁLIDA. 3) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

1) Tanto os créditos oriundos de aluguéis, como os de nota promissória, prescrevem em 03 (três) anos, consoante as disposições dos arts. 206, § 3º, inc. I do CC e 70 e 77 do Decreto nº 55.663/66.

2) O despacho do juiz que ordena a citação tem o condão de interromper a prescrição somente nos casos em que é feita de forma válida (arts. 202, inc. I do CC e 219, § 1º do CPC). Assim, transitada em julgado a parte da sentença que reconhece a invalidade do ato citatório, conclui-se que o prazo prescricional continuou a fluir desde a data do vencimento dos créditos.

3) Recurso conhecido e provido para declarar a prescrição dos créditos e extinguir o feito com resolução do mérito nos termos do art. 269, inc. IV do CPC.

Os embargos de declaração opostos foram conhecidos e desprovidos (e-STJ, fls. 114/122).

Em suas razões (e-STJ, fls. 126/139), fundamentadas no art. 105, III, "a" e "c", da CF, a recorrente alega, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos arts. 219 e 220 do CPC/1973 e à Súmula n. 106 do STJ.

Aduz que "entendeu equivocadamente o Eg. TJES, em interpretação aos artigos 202, inc. I do CC e 219, § 1º do CPC, que o despacho do juiz ordena a citação tem o condão de interromper a prescrição somente nos casos em que é feita de forma válida, pois, não foi observado, principalmente, que os recorridos foram os verdadeiros causadores do atraso para consolidar a citação questionada" (e-STJ, fl. 132).

Informa, para tanto, que "(...) não somente a demora do Judiciário foi causadora da não citação real dos executados, tal como referida inércia se deu por culpa destes ao se evadirem, mudando de endereço sem prévia comunicação com o único objetivo: manutenção da inadimplência" (e-STJ, fl. 133).

Sustenta, ainda, o seguinte: "Evidente, então, que não se mostra cabível a declaração de prescrição do crédito em correlato eis que a culpa para a citação se validar

ocorreu tanto por atraso do Judiciário, quanto pela escusa dos recorridos, restando demonstrado, ainda, que o recorrente intentou a execução no prazo legal e tomou todas as providências para a citação dos recorridos, não podendo ser imputada culpa pela demora na citação" (e-STJ, fl. 134).

Busca, por fim, seja conhecido e provido o presente recurso especial pelas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da CF/1988, para o fim de reformar o acórdão recorrido, restabelecendo-se a sentença de piso.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 153-159).

O apelo especial foi admitido (e-STJ, fls. 161-167).

É o relatório.

Decido.

Vale ressaltar que o recurso especial foi interposto com fundamento no Código de Processo Civil de 1973, motivo por que devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, com as interpretações dadas pela jurisprudência desta Corte (Enunciado Administrativo n. 2/STJ).

Da violação dos arts. 219 e 220 do CPC/1973

O Tribunal *a quo* deu provimento ao recurso de apelação para declarar a prescrição dos créditos e extinguir o feito com resolução do mérito, conforme os seguintes excertos (e-STJ, fls. 98-100):

Em que pese o fato de os autos da execução não estarem em apenso, é possível verificar informações que me permitem concluir pela ocorrência de prescrição.

Isso porque, analisando os autos e os sítio eletrônico deste egrégio Tribunal, verifiquei que a ação de execução (processo nº 0002115-17.2005.8.08.0035 - 035.05.002115-9) foi ajuizada em 09 de março de 2005, como bem asseverou a própria apelada (fls. 1), sendo que retornaram com despacho do juiz para citação em 07 de abril daquele ano.

Da leitura da impugnação de fls. 14/18, depreende-se também que os créditos exequendos são posteriores a junho de 2003 e anteriores a janeiro de 2004, posto que a apelada afirmou que até o referido mês tentou recebê-los administrativamente (fls. 15).

Ora, a sentença hostilizada acolheu a preliminar de inexistência de citação válida por falta de comprovação da citação no órgão oficial (art. 232, inc. III do CPC), parte essa que já transitou em julgado, ante a ausência de impugnação por parte da apelada.

Nessa toada, é imperioso o reconhecimento da prescrição, uma vez que, não obstante o ajuizamento da ação executória dentro do prazo, infere-se do art. 202, inc. I do CC que a interrupção da prescrição se dá com o despacho do juiz que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.

(...) Dessa forma, não tendo sido realizada a citação válida dos embargantes, há que se reconhecer a prescrição pelo decurso de mais de três anos do vencimento dos créditos em questão.

Os embargos de declaração opostos foram conhecidos e desprovidos, pelos seguintes fundamentos (e-STJ, fls. 111):

Devo frisar que não há como imputar a culpa pela ausência de citação válida aos embargados, haja vista que o Juízo de origem não reconheceu sua validade devido à

ausência de comprovação da publicação do edital em órgão oficial, o que era ônus da embargante.

Assim, após a análise de todas as provas juntadas aos autos, o Tribunal de origem declarou a prescrição dos créditos exigidos pela apelada.

Modificar a conclusão do acórdão impugnado quanto a esse ponto demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência não admitida no âmbito desta Corte, por força da Súmula n. 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULAS N. 282 E 356/STF. EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CITAÇÃO. DEMORA IMPUTÁVEL AO CREDOR, E NÃO AO MECANISMO DA JUSTIÇA. PRESCRIÇÃO RECONHECIDA, COM EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO.

1. Não se admite o recurso especial quando a questão federal nele suscitada não foi enfrentada no acórdão recorrido. Incidem as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal (STF).
2. Cabe o ajuizamento de exceção de pré-executividade quando a matéria nela aduzida deva ser conhecida de ofício pelo juiz, sem que para isso seja necessária dilação probatória. Precedentes.
3. Rever o entendimento adotado pela Corte estadual, acerca da inércia do autor em promover a citação válida do réu, demandaria o reexame do aspecto fático da lide, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula n.7/STJ.
4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp n. 1.333.701/PR, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 9/4/2019, DJe 12/4/2019.)

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO. SÚMULA 7 DO STJ. CITAÇÃO VÁLIDA. INTERRUÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA.

1. O Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).
2. Infirmar o entendimento alcançado pela Corte de origem, a fim de afastar a prescrição da ação executiva, demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, inviável na via de recurso especial (Súmula 7 do STJ).
3. A aplicação do dispositivo legal tido por violado (art. 219 do CPC/1973) e a tese nele espaldada, no sentido de que a citação válida interrompe o prazo prescricional, não foi efetivamente apreciada pelo acórdão recorrido, carecendo o recurso especial do requisito do prequestionamento, nos termos da Súmula 282 do STF.
4. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp n. 890.327/DF, Relator Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 6/2/2018, DJe 6/3/2018.)

Da violação da Súmula n. 106 do STJ

A análise da apontada afronta à Súmula STJ n. 106 encontra óbice na Súmula n. 518/STJ, segundo a qual "para fins do art. 105, III, a, da Constituição Federal, não é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula".

Da divergência jurisprudencial

A incidência da Súmula 7/STJ obsta também o conhecimento do recurso especial fundado na alínea "c" do permissivo constitucional, pois impede que se verifique a similitude fática entre os acórdãos confrontados.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. DESÍDIA. REVISÃO DO CONJUNTO DE FATOS E PROVAS. NÃO CABIMENTO. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Para prevalecer a pretensão em sentido contrário à conclusão do tribunal de origem, mister se faz a revisão do conjunto fático-probatório dos autos, o que, como já decidido, é inviabilizado, nesta instância superior, pela Súmula nº 7 desta Corte.
2. Consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a necessidade do reexame da matéria fática impede a admissão do recurso especial tanto pela alínea "a" quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional.
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg no AREsp 293.440/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 8/10/2013, DJe 14/10/2013.)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. REEXAME DE PROVAS E INTERPRETAÇÃO CONTRATUAL, EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. INVIABILIDADE. CONHECIMENTO DE RECURSO, AINDA QUE POR DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL, QUE EXIJA REVISÃO DA MOLDURA FÁTICA APURADA PELA CORTE DE ORIGEM. INVIABILIDADE.

1. Orientam as Súmulas 5 e 7/STJ que, em sede recurso especial, é inviável interpretação contratual e reexame de provas.
2. Conforme a remansosa jurisprudência desta Corte, a Súmula 7/STJ obsta também o conhecimento do recurso especial interposto pela alínea "c", do permissivo constitucional.
3. Agravo regimental não provido."
(AgRg no REsp 914.335/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 25/9/2012, DJe 1º/10/2012.)

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso.

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 25 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator